



A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA RE/CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA RURAL

JANAYNA PAULA LIMA DE SOUZA SANTOS

EIXO: 4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

Resumo

Este trabalho é um recorte do Projeto de Extensão “Cultura, Tradição e Identidade: Interface Universidade e Comunidade na Universidade Federal de Alagoas. De natureza metodológica colaborativa interventiva (FLICK, 2009), o objetivo da pesquisa é analisar a implementação do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Educação Básica Irmã Jolenta, o tópico sobre Educação Inclusiva no seu Projeto Político Pedagógico desenvolvido pelas docentes que acompanham os estudantes com deficiência. Como fundamentação teórica, utilizamos estudos sobre educação inclusiva. Como resultados, observamos que urge a necessidade dessa construção, tendo em vista a especificidade da escola e a sua ausência nos documentos oficiais da instituição.

Palavras-chave: Educação Básica. Educação Inclusiva. Projeto Político Pedagógico.

Abstract

This work is a cut of the Extension Project “Culture, Tradition and Identity: Interface University and Quilombola Community University of Alagoas. The objective of the research is to construct, together with the Irmã Jolenta Municipal School, the Political Pedagogical Project in its Political Pedagogical Project, highlighting the psychopedagogical activities already carried out by the teachers with the students with deficiency. As a theoretical basis, we used the studies on PPP and on inclusive education. As a result, we note that the specificity of the psychopedagogical work carried out in the school and its absence in official documents of the institution.

Keywords: Basic education. Inclusive education. Political Pedagogical Project.

1. Palavras iniciais

Este projeto de pesquisa busca contribuir com a Escola Municipal de Educação Básica Irmã Jolenta na construção e fortalecimento de sua identidade enquanto escola quilombola inclusiva. A nossa intenção é colaborar no processo de instauração de diálogo crítico e reflexivo das experiências do cotidiano de seus participantes, valorizando suas experiências e os seus anseios.

A natureza desse estudo configura-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza colaborativa-interventiva, tendo em vista a comunidade escolar o PPP da escola, no que tange ao aspecto da educação inclusiva. Para Flick (2009), esse tipo de pesquisa estabelece um diálogo entre o pesquisador e o objeto de estudo. Assim, optamos pela pesquisa participativa, que, de acordo com Severino (2009), é uma forma de identificação com os pesquisados, em que passa a interagir com eles em todas as situações acompanhando todas as formas, o pesquisador observa as manifestações dos sujeitos e as situações vividas, registrando descritivamente todas as análises e considerações que fizer ao longo dessa participação.

Tomando como referência a realidade da instituição, constatamos que a referida escola possui um PPP desatualizado.

contempla a educação inclusiva como um de seus pilares; uma situação considerada grave, tendo em vista que a escassa demanda significativa de estudantes com deficiência. Assim, a nossa proposta de intervenção justifica-se no intuito de elaboração do tópico referente à educação inclusiva.

Dessa forma, esse trabalho está organizado em dois pontos principais: primeiramente, utilizaremos como marco teórico abordando sua caracterização e importância para o cotidiano da escola, e, em seguida, discutiremos a educação inclusiva norteando as ações psicopedagógicas da escola.

2. Projeto Político Pedagógico: conceito e finalidade

A identidade de uma instituição escolar é construída coletivamente pelos agentes educacionais que a compõem. O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um instrumento teórico-metodológico a ser disponibilizado, re/construído e utilizado por aqueles tomando-a mais próxima da realidade dos estudantes. É um documento que presume consciência política dos cidadãos e a instituição de ensino direciona suas ações para contemplar os objetivos coletivamente traçados que definem aonde se quer chegar. Ele descreve fielmente os anseios e necessidades de uma demanda e não poderá ser concebida como um construto para atender a fins burocráticos. A este respeito Gadotti (2000), elucida que:

Não se constroem um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é por isso mesmo, sim um processo inconcluso, ur permanece como horizonte da escola (GADOTTI, 2000, p. 113).

Seu processo de construção deve considerar a dimensão do cotidiano e, ao mesmo tempo, o contexto mais amplo das condições presentes no cotidiano escolar. As decisões tomadas não podem ser soberanas porque a escola possui autonomia, legislação vigente.

A equipe gestora de uma instituição de ensino devesse sempre respeitar o contexto local, saber ouvir os diversos atores e executar suas ações fundamentadas nas leis que regem o país a Constituição Federal e o ensino que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e do Adolescente (ECA).

De acordo com Vasconcellos (2013), o Projeto Político Pedagógico é o plano global da instituição, podendo ser entendido

a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar, a partir de um posicionamento teórico-metodológico para a transformação da realidade. Trata-se de um importante caminho para a construção da identidade da instituição. Enquanto processo, implica a participação e julgamento da realidade, bem como das propostas de ação para concretizá-las. Pressupõe a colocação em prática daquilo que foi projetado, acompanhado da análise dos resultados.

Assim, a construção da identidade da escola é tecida a partir das ações que ela realiza, tanto no campo teórico quanto no campo prático.

Vasconcellos (2013), destaca quatro pontos relacionados às características do PPP: abrangência, duração, participação,

Quanto à abrangência, o PPP é o documento que funciona como uma espécie de “guarda-chuva” para outros projetos. Além disso, o PPP é considerado como amplo, integral e global.

Quanto à duração, o PPP é considerado um documento de abrangência longa, tendo em vista que o Diagnóstico e o Plano de Ação, costumam permanecer o mesmo por dois, três ou mais anos.

Em relação à participação, o PPP precisa ser construído pela coletividade, pela democracia e quanto à concretização da elaboração de um texto ou documento, ou na realização de uma atividade. Pautado no exercício crítico, na avaliação e na ação-reflexão-ação. Para Vasconcellos (2013), está, portanto, sempre sendo (re)construído.

Quanto aos princípios que regem o Projeto Político Pedagógico, Vasconcellos (2006) explicita que sua construção deve considerar alguns aspectos como: psicológico, no que diz respeito ao envolvimento do grupo na tarefa, inclusão, reconhecimento epistemológico, em que parte-se de onde o grupo está, coloca-se o sujeito na condição de produtor de conhecimento e

que envolve o resgate da participação, da contribuição de cada um e de todos os exercícios da decisão coletiva; e, o método metodológica participativa, do diálogo, do respeito pelo outro, da tolerância.

Levando-se em conta estes princípios norteadores, a construção do Projeto Político Pedagógico favorece o envolvimento educacionais possibilitando o exercício da democracia direta e não representativa. A escola nesta perspectiva passa a considerar-se não só o estudante, mas o sujeito de todos os segmentos respeitando a inclusão e aceitando as diferenças. Entretanto, muitas escolas não compreendem a importância do documento tornando-o obsoleto.

Dada a importância da construção desse documento, ressaltamos a necessidade de inserir as questões sobre a educação

3. Educação Inclusiva: um diálogo entre a teoria e a prática na escola pública brasileira

Atualmente, é comum discutir sobre a inclusão escolar de pessoas com deficiência e as possibilidades de escolarização. Para os educadores é estabelecer um diálogo entre o que os teóricos dizem e as práticas postas em prática no cotidiano das escolas.

Assim, a base teórica que utilizaremos nesse estudo partirá de três princípios básicos: a deficiência na história, em que no Brasil; os marcos legais da educação especial no Brasil; e os teóricos que tratam as especificidades da deficiência e da inclusão.

3.1 A deficiência na história: a educação especial no mundo e no Brasil

Ao estabelecer um resgate histórico sobre a educação especial, observamos que ao longo do tempo existiram dois tipos de deficiência: primeiramente, rejeição e eliminação da sociedade e, mais tarde, numa outra perspectiva, a proteção assistida.

Os registros históricos revelam situações perversas: na Roma Antiga, em Esparta, por exemplo, a criança diferente era jogada fora e os adultos diferentes eram utilizados como fins comerciais para o entretenimento e/ou para fins de prostituição.

Com o advento e o fortalecimento do Cristianismo, foram criados hospitais e instituições de caridade voltados para o atendimento dos deficientes.

Na Idade Média, a própria Igreja passa a rejeitar esses sujeitos utilizando como argumento que a deficiência seria um "castigo de Deus".

No Renascimento, uma outra postura foi adotada. Com a criação dos direitos reconhecidos como universais, numa filosofia baseada em avanços científicos, viabilizaram um olhar mais clínico ao sujeito com deficiência. No entanto, a escolarização desses sujeitos foi limitada. Assim, muitos médicos e educadores que sugeriram a possibilidade de educá-los enfrentaram duras críticas e oposição.

No Brasil, a educação especial iniciou na época do Império, em 1854, com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos e do Instituto dos Surdos (atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos), em 1857, ambos no Rio de Janeiro.

Em 1926, é criada a Pestalozzi, direcionada aos sujeitos com deficiência intelectual; em 1954, fundada a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes (APAD); em 1945 é fundada na Pestalozzi o Atendimento Educacional Especializado para os superdotados. Mazzotta (1998) afirma:

Observando a evolução histórica da deficiência no que se refere ao atendimento educacional, percebe-se que este expandiu-se, no Brasil, com a criação de entidades filantrópicas assistenciais e especializadas, muitas das quais menos favorecidas. Ao lado dessas instituições surgiram clínicas e escolas privadas para o atendimento de crianças com deficiência em classes altas (MAZZOTA, 1998, p. 49).

É importante destacar que a criação dessas escolas e institutos para o sujeito com deficiência no Brasil demarcam quatro aspectos: a segregação, a integração e a inclusão no sistema escolar. Na exclusão, o sujeito com deficiência é ignorado; na segregação, o sujeito com deficiência é realizado nas escolas especializadas; a integração acontece quando as escolas regulares possuem e utilizam salas especiais; a inclusão acontece quando há uma inserção real do sujeito com deficiência na escolarização, no ensino regular. Sobre essa questão, Mazzotta (1998) afirma:

a questão da inclusão e exclusão, antes de tudo, é uma questão política. O que marca a política é a peculiar constituição, mas as condições e as inter-relações que lhe são impostas no processo de inclusão, também deve se inserir num movimento de busca de uma sociedade mais igualitária, onde as oportunidades das pessoas ao seu poder econômico (OLIVEIRA, 2003, p. 34).

Dessa forma, para atender a demanda da criação de uma escola inclusiva se faz necessário elaborar uma formação inclusivas. Como diz Santos (2013), para concretizar uma proposta de ensino que contemple as especificidades de todos os alunos, promova o atendimento das demandas da educação dos alunos com deficiência no sistema regular de ensino, e de redimensionar e remeter os professores a uma reflexão sobre a diversidade, não só para pensar maneiras renovadas para afastar do conservadorismo da exclusão e da segregação de todos aqueles que não se enquadram ao padrão presente em nossa sociedade.

3.2 Marcos legais para a educação especial no Brasil

Em 1990, por ocasião da Conferência Mundial de Educação para Todos que ocorreu em Jomtien, na Tailândia, o Brasil assinou o compromisso educativo inclusivo, pois, concordou com o documento elaborado no evento denominado de “Declaração Mundial de Educação para Todos”, este compromisso quando concordou com os postulados produzidos em Salamanca, na Espanha, em 1994, na Conferência Mundial de Educação Especial: Acesso e Qualidade.

Ao assinarem juntos a “Declaração de Salamanca”, os representantes dos diversos governos, presentes na Conferência Mundial de Educação para Todos, reconheceram a diversidade educacional que reconheça as diferenças e promova uma aprendizagem com a competência de atender a todos, incluindo os educacionais especiais.

No Brasil, a Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE/CEB 11/02/2001, abre possibilidades de assegurar a educação de todos os alunos em escolas de ensino regular e nas escolas de educação especial. No art. 3º encontramos:

Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional que utiliza recursos e serviços educacionais especiais organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e/ou substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento dos educandos que apresentem necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (CNE/CEB, 2001a).

De acordo com o documento supracitado, as escolas devem adequar-se estruturalmente, pedagógica e politicamente para que a escola deve ser aberta para todos e não deve segregar e apresentar barreiras a ninguém.

De acordo com outro documento do Ministério da Educação e Cultura (MEC), intitulado “Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência”, o conceito de “escola inclusiva” aponta para uma nova postura da escola regular, que propõe práticas educacionais que atendam os alunos, adequando seu projeto político pedagógico, currículo, metodologia, avaliação e estratégias de ensino.

Segundo Glat e Nogueira (2002), inúmeras barreiras impedem que a educação inclusiva se torne realidade no cotidiano das escolas, devido ao despreparo dos professores para receber alunos com necessidades especiais. Percebemos então que, “a inclusão não é apenas a presença de alunos com necessidades especiais na classe comum, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua atuação.”

Para tanto, com intuito de alcançar tais objetivos, o Conselho Nacional de Educação aprovou a Portaria n. 1.793/94, que determina que os professores contemplem disciplina e conteúdo específicos sobre os portadores de necessidades especiais. Portanto, para que os professores possam atender os portadores de necessidades educativas especiais, é necessário que eles tenham algum curso de especialização na área ou algum treinamento.

A inclusão da pessoa portadora de necessidades especiais tem como principal objetivo favorecer um ambiente de participação dessa pessoa em todos os níveis sociais.

Um avanço considerado importante para a educação especial no Brasil consta da Política Nacional de Educação Especial do MEC de 2008, que trouxe novas concepções às atuações da educação especial. A partir desse documento, a escola passa a ser um espaço de todos os estudantes com deficiência, com foco no ensino e na aprendizagem, nos recursos de acessibilidade, na permanência no contexto do ensino comum.

Para atender a essa demanda, o Ministério da Educação e da Cultura, implementa alguns programas como: Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais; Programa Escola Acessível; Projeto Livro Acessível; Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais; e os Centros de Formação e Recursos – CAF.

3.3 Vygotsky e a educação inclusiva

Historicamente, a educação especial organizou-se como um atendimento educacional com diferentes terminologias instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Atualmente, a educação especial é definida como todos os níveis, etapas e modalidades.

Essa mudança de concepção tem como Vygotsky o precursor e sua proposta baseia-se no trabalho das potencialidades “defectologia”, Vygotsky distinguia dois tipos de deficiência: primária e secundária.

A deficiência primária, compreendida como biológica, estava relacionada a lesões orgânicas, cerebrais, malformações características físicas apresentadas pelo sujeito. A deficiência secundária, compreendia o desenvolvimento do sujeito com base nas interações sociais, ou seja, derivada do isolamento das relações sociais e culturais características do entorno com esse teórico, há uma relação entre a deficiência primária e secundária, ao afirmar que o desenvolvimento cultural de estimulação externa. Para ele,

[...] uma educação ideal só é possível com base em um ambiente social orientado de modo a que a educação só podem ser resolvidos depois de solucionada a questão social em toda a sua plenitude, pois que o material humano possui uma infinita plasticidade se o meio social estiver organizado de modo a que o indivíduo seja reeducado no ser humano por meio da influência social correspondente. A própria pessoa não tem uma forma acabada, mas como uma forma dinâmica de interação que flui permanentemente entre si e o meio (p. 200).

Além disso, Vygotsky explica que a criança nasce apenas com recursos biológicos, mas a partir de sua convivência com os valores, é concretizado o processo de humanização, essencialmente, possível pelo ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, a interação defendida por Vygotsky é um fator importante para a escolarização dos estudantes deficientes, refletindo nas práticas pedagógicas voltadas para esse público específico.

4. Percurso metodológico

Esse trabalho é um recorte do Projeto de Extensão “Cultura, Tradição e Identidade: Interface Universidade e Comunidade” da Universidade Federal de Alagoas/Campus Arapiraca/Unidade Educacional de Penedo.

Como metodologia, recorreremos à pesquisa qualitativa interventiva, em que buscamos auxiliar a re/construção do Projeto Quilombola Irmã Jolenta no que se refere ao tópico da educação inclusiva.

4.1 Caracterização da escola

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Educação Básica Irmã Jolenta, localizada na Rua Santo Antônio, s/n, Penedo/Alagoas. É mantida pela Prefeitura Municipal de Penedo/AL e subordinada, técnica e administrativamente, à Secretaria Municipal de Educação.

Essa escola é uma instituição de ensino que atende, sobretudo, aos estudantes da comunidade Quilombola do Oitero, cidade localizada na microrregião do Baixo São Francisco. Foi fundada em 26 de fevereiro de 1985 pelo prefeito em homenagem a uma freira que prestou relevantes serviços à comunidade penedense, especialmente, a este bairro.

A escola oferece duas modalidades de ensino: a Educação Infantil e o Ensino Fundamental anos iniciais (do 1º ao 5º ano) em turnos matutino e vespertino, organizada em séries anuais. A escola está organizada em dois espaços físicos, a matriz comportando 15 turmas. No total, a escola atende 22 turmas. A equipe gestora é formada por uma diretora, uma vice-diretora, uma equipe técnica-administrativa é formada por dois técnicos administrativos e uma secretária escolar e a equipe docente formada por quatro são responsáveis pelo atendimento aos estudantes com deficiência.

Considerando o histórico da instituição, constatamos que em seus primeiros anos, a escola atendia um público

aproximadamente, cinco e seis anos de idade, proporcionando à comunidade quilombola os primeiros passos da vida es de estudantes crescia e foram construídas mais salas de aula, mas não o suficiente para atender a demanda do crescin hoje, a estrutura de tal prédio já não mais satisfaz as necessidades dos funcionários e estudantes, sendo necessário p construção de uma nova escola.

4.2 Sujeitos envolvidos na pesquisa e os instrumento de coleta de dados

Participaram da pesquisa os seguintes sujeitos: diretora geral, vice-diretora, coordenadora pedagógica, constituindc trabalham com os estudantes que possuam alguma deficiência.

Utilizamos como instrumentos de coleta de dados a observação do cotidiano da escola e dos trabalhos psicope responsáveis pelo acompanhamento dos estudantes com deficiência; e uma entrevista com essas profissionais para ter como positivos e negativos nas atividades desenvolvidas.

5. A educação inclusiva na Escola Irmã Jolenta

A escola atende diversos estudantes com deficiências como cegueira, baixa visão, surdez, autismo, deficiência físí docentes responsáveis pelos trabalhos psicopedagógicos desenvolvidos com esses estudantes e que não estão registrac

Atualmente, a instituição possui 627 estudantes matriculados. Desse quantitativo, a escola atende 15 estudantes com com mobilidade reduzida; um deficiente auditivo no 5º ano; dois estudantes com baixa visão, nos 3º ano/7ºano; dois defic no Jardim II e o outro no 8º ano; e seis deficientes intelectuais, um no 3º ano; três no 4º ano; um no 5º ano e um no 6º an

Desses, 14 apresentaram laudo médico. No entanto, a equipe gestora suspeita que outros 10 estudantes possuam algun na secretaria da escola os laudos que possam comprovar.

A escola possui no prédio da matriz uma sala reservada para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), no enta esse local está sendo ocupado, atualmente, pela secretaria e pela coordenação pedagógica. Mesmo assim, os tr normalmente.

A escola possui quatro professoras responsáveis por esse atendimento especializado: uma especialista em deficiênc auxiliares de sala para acompanhar os estudantes com deficiência intelectual.

A professora responsável pelos deficientes visuais, é pedagoga e possui pós-graduação em deficiência visual. Seu trab (de classe e de casa) e avaliações para o Braille; alfabetizá-los de acordo com o Sistema Braille (leitura e escrita); ensir favorecer a orientação e a mobilidade dos estudantes na escola: ideia de como é a escola, onde está localizado o direcionamento de voz. Esse acompanhamento é realizado no horário contrário ao da aula convencional. A professora duas a três horas por dia.

A intérprete de libras permanece na sala de aula acompanhando o estudante surdo e interpretando a aula e as atividades

As duas auxiliares de sala fazem o acompanhamento dos estudantes com deficiência intelectual no mesmo horário da a 5º anos. O estudante do 6º ano não é acompanhado pelas auxiliares, apenas pelos professores das disciplinas.

No que tange à acessibilidade, a escola possui dois banheiros adaptados (mascullino e feminino) e rampas de acess configurando-se, assim, como poucas condições para contemplar as necessidades de locomoção dos estudantes com de

6. Considerações finais

Acreditamos que a inserção desse grupo no Projeto Político Pedagógico da escola dará visibilidade aos trabalhos rea espaço e na projeção da autonomia dos docentes. Além disso, buscamos construir com a comunidade escolar um senti deficiência ao pensar em práticas pedagógicas que o façam se sentir incluídos, deixando de existir o sentimento da exclu

Entendemos que é nosso papel, continuar com a luta pelos direitos educacionais da comunidade, além dessa bu

valorizando as especificidades e pluralidades dos alunos além de suas origens e de sua realidade local. Buscando destacando suas características culturais a fim de enaltecer sua real identidade.

Referências

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

OLIVEIRA A. A. S. Educação Inclusiva concepções teóricas e relatos de experiência. In. Maria Cristina Marquesini et al (c

SANTOS, Arlete Rodrigues dos. **As significações de uma professora acerca da atividade docente em um contexto intelectual**. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Educação, UFAL. Defendida em 2013 <http://www.ufal.edu.br/unidadeacademica/cedu/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado-em-educacao/dissertacoes/2010/ar> Acesso em 14 de junho de 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano** Libertad Editora, 2013.

A construção do PPP de uma escola é um processo que envolve aspectos teóricos e práticos.